

## O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS DE PESCADORES ARTESANAIS INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

*THE SOCIOECONOMIC PROFILE OF ARTISANAL FISHERMAN FAMILIES REGISTRATION IN THE SINGLE REGISTRY OF SOCIAL PROGRAMS*

*EL PERFIL SOCIOECONÓMICO DE LAS FAMILIAS DE PESCADORES ARTESANALES INSCRITOS EN EL REGISTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIALES*

San Martin, Maristel Coelho

### RESUMO

Essa pesquisa visa conhecer o perfil socioeconômico das famílias de pescadores artesanais inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais e identificar os territórios onde residem a maioria na escala nacional, no estado do Rio Grande do Sul e no município do Rio Grande/RS. Para tanto utilizou-se a pesquisa exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa, revisão bibliográfica e levantamento de dados através dos portais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os resultados apontam um aumento no número de famílias inscritas, cujos seus integrantes apresentam faixa etária entre 18 e 64 anos, não sabem ler nem escrever ou possuem o ensino fundamental incompleto, são pardos e a maioria mulheres em escala nacional, situação oposta na escala estadual e municipal cujos os homens são a maioria e são brancos. Ademais, há uma concentração de famílias vivendo em extrema pobreza apesar de ter ocorrido uma redução dessa situação em junho. Dos territórios que concentram essas famílias estão: o Maranhão, o Pará e a Bahia, os municípios de São José do Norte, Rio Grande e Pelotas no RS e as Ilhas da Torotama, Marinheiros e Vila São Miguel em Rio Grande e as características dos domicílios são comuns nas três escalas espaciais.

**Palavras-Chave:** Perfil socioeconômico. Pescadores artesanais. Cadastro Único.

### ABSTRACT

This research aims to understand the socioeconomic profile of artisanal fishing families registered in the Single Registry for Social Programs and identify the territories where the majority reside on a national scale, in the state of Rio Grande do Sul and in the municipality of Rio Grande/RS. To this end, exploratory research was used with a quantitative and qualitative approach, bibliographic review and data collection through the portals of the Ministry of Social Development and Combating Hunger. The results point to an increase in the number of registered families, whose members are aged between 18 and 64, do not know how to read or write or have incomplete primary education, are mixed race and the majority are women on a national scale, the opposite situation on a state scale. and municipal, the majority of which are men and are white. Furthermore, there is a concentration of families living in extreme poverty despite a reduction in this situation in June. The territories that concentrate these families are: Maranhão, Pará and Bahia, the municipalities of São José do Norte, Rio Grande and Pelotas in RS and the islands of Torotama, Marinheiros and Vila São Miguel in Rio Grande and the characteristics of the households are common at all three spatial scales.

**Keywords:** Socioeconomic profile. Artisanal fishermen. Single Registration.

### RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo comprender el perfil socioeconómico de las familias de pescadores artesanales inscritas en el Registro Único de Programas Sociales e identificar los territorios donde reside la mayoría a escala nacional, en el estado de Rio Grande do Sul y en el municipio de Rio Grande/RS. . Para ello se utilizó investigación exploratoria con enfoque cuantitativo y cualitativo, revisión bibliográfica y recolección de datos a través de los portales del Ministerio de Desarrollo Social y Combate al Hambre. Los resultados apuntan a un aumento en el número de familias registradas, cuyos miembros tienen entre 18 y 64 años, no saben leer ni escribir o tienen educación primaria incompleta, son mestizos y en su mayoría mujeres a escala nacional, la situación opuesta a escala estatal y municipal, en su mayoría hombres y de raza

blanca. Además, hay una concentración de familias que viven en pobreza extrema a pesar de que esta situación se redujo en junio. Los territorios que concentran estas familias son: Maranhão, Pará y Bahía, los municipios de São José do Norte, Rio Grande y Pelotas en RS y las islas de Torotama, Marinheiros y Vila São Miguel en Rio Grande y las características de los hogares son comunes en las tres escalas espaciales.

**Palabras clave:** Perfil socioeconómico. Pescadores artesanales. Registro Único.

## INTRODUÇÃO

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um sistema utilizado para identificar e caracterizar famílias de baixa renda no Brasil. Ele serve como uma base de dados que contém informações sobre quem são essas famílias, onde estão localizadas e quais são suas principais características, necessidades e potencialidades. Essas informações são cruciais para a implementação de políticas e programas sociais direcionados a esse grupo de pessoas.

Dessa forma, ele desempenha um papel essencial na coordenação da rede de assistência social e na integração de iniciativas de diferentes áreas e em todos os níveis de governo que têm como objetivo promover a inclusão social. Com a grande diversidade cultural e a necessidade de inclusão dos grupos de populações tradicionais que viviam nas condições de extrema pobreza, foram inseridas em 2004 as famílias de povos indígenas e quilombolas nesse cadastro. Posteriormente, em 2007 foram incluídos outros grupos de populações tradicionais específicas entre eles os pescadores artesanais.

É evidente observarmos que as comunidades de pescadores têm enfrentado constantemente uma crescente vulnerabilização socioeconômica devido a aspectos que envolve a degradação ambiental, a falta de infraestrutura nas comunidades pesqueiras, disputas de territórios entre pescadores e agentes que influenciam na produção e reprodução do espaço, entre outros fatores. Além disso, a crise financeira já instalada no Brasil e ocasionada pelo aprofundamento da economia neoliberal, do capitalismo financeiro e pela pandemia da COVID-19 também permitiu que houvesse uma intensificação das desigualdades sociais e das dificuldades vividas por esse grupo.

Embora, os pescadores artesanais e suas famílias tenham sido incorporados em algumas políticas públicas e programas sociais abrangendo desde iniciativas de alcance amplo até aquelas especificamente direcionadas ao setor pesqueiro, essas políticas tiveram efeitos isolados sobre eles, resultando em poucas transformações nas condições de vida dessa categoria. Nesse sentido, o Cadastro Único surge como um recurso para que os mesmos e/ou integrantes de sua família possam ser subsidiados por benefícios visando uma pequena melhoria nas condições de vida. Nesse contexto, essa pesquisa visa conhecer o perfil socioeconômico das famílias de pescadores artesanais inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais e identificar os territórios onde residem a maior parte dessas famílias.

Como recorte espacial optamos investigar o território nacional, o Estado do Rio Grande do Sul e o município do Rio Grande/RS (segundo município com maior número de pescadores do RS). Já o recorte temporal escolhemos enfocar o período de 2019 a 2023 que corresponde a ascensão do número de inscritos de forma geral, levando em consideração o período da pandemia da Covid-19, o qual gerou um grande número de pessoas vivendo em estado de vulnerabilidade em decorrência da crise econômica mundial. O estudo se justifica, pois, torna-se fundamental a produção de informações que possam subsidiar a construção de políticas públicas voltadas a esses trabalhadores e à pesca artesanal.

## METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta investigação foram adotadas a pesquisa exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa, abrangendo a pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de dados. De acordo com Gil (2008, p. 27) a pesquisa exploratória é a primeira etapa de uma investigação mais ampla, tendo como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de

problemas mais precisos para estudos posteriores. Como nossa pesquisa envolve informações sociais e econômicas decidimos adotar uma abordagem qualitativa e quantitativa, posto que, essa utilização conjunta permite recolher mais informações do que poderia conseguir isoladamente apenas com os dados quantitativos (FONSECA, 2002). E quanto ao método empregamos o materialismo histórico e dialético.

O levantamento de dados foi realizado por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utilizando os recursos: Data Explorer, VIS Data, RI Social, Painéis de monitoramento e Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD 2.0). O CECAD é uma ferramenta que exporta informações do Cadastro Único, permitindo que seja realizada a tabulação de dados em todas as escalas espaciais, a partir de uma variável ou pelo cruzamento de duas variáveis (MDS, 2023). Dessa forma, é possível adquirir diversas informações socioeconômicas, assim como, saber a quantidade e características relacionadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

A nova versão da ferramenta oferece uma ampla gama de opções de consulta, incluindo gráficos, séries históricas, construção de mapas e relatórios, permitindo uma variedade maior de formas de visualizar as informações do CADÚNICO e da Folha do PBF. Dado que as taxas de pobreza são derivadas de censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada década, o Cadastro Único se destaca como uma alternativa confiável e atualizada para a obtenção de informações sobre pobreza e vulnerabilidades sociais. Sua frequente atualização bienal, em comparação com o intervalo decenal dos censos, enriquece-o com um vasto leque de informações, oferecendo um panorama abrangente das condições de vida dos estratos mais vulneráveis, as quais podem ser exploradas na formulação de diagnósticos e estratégias de políticas sociais.

## O CADASTRO ÚNICO E OS PESCADORES ARTESANAIS

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) foi criado em 2001 pelo Governo Federal por meio do Decreto n.º 3.877, de 24 de julho de 2001, com o intuito de identificar as famílias de baixa renda que vivem em situação de vulnerabilidade social, possibilitando sua inclusão em programas sociais e evitando sobrepor benefícios para as mesmas famílias. Atualmente ele permite a seleção de beneficiários em 29 programas federais que estão divididos em cinco grupos destinados a benefícios, desconto em taxas e contribuições, redução de taxas de crédito, tecnologias sociais, infraestrutura e serviços sociais. Para serem cadastradas essas famílias devem possuir renda per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até três salários mínimos (MDS, 2023).

As prefeituras são responsáveis pelo cadastramento que comumente é realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou através da visita de um assistente social nas comunidades de difícil acesso. Inicialmente é realizado uma estimativa do número de famílias visando saber quantas devem ser cadastradas e para obter dados sobre a concentração territorial da população que se enquadra nesse perfil de renda. Por meio do "Relatório de Informações Sociais" disposto no portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é adquirida essa estimativa para cada município, a qual é calculada com base nos dados do último Censo ou da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

São utilizados ainda como fontes de informação o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os estudos e dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o banco de dados do Sistema Único de Saúde (Datasus), o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as bases de informações de trabalho e emprego do Ministério do Trabalho e as informações constantes no site da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do MDS. Além disso, os órgãos estaduais e municipais de planejamento, também podem contribuir com as informações. Cabe destacarmos que tanto para o cadastramento quanto a atualização dos dados, os municípios podem estabelecer parcerias com órgão públicos, lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil entre outros (MDS, 2023).

A partir de então são realizadas as entrevistas e inseridas no Sistema do Cadastro Único. Quanto a

revisão, averiguação e atualização cadastral são coordenadas pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), a qual realiza o cruzamento de dados do Cadastro Único com outros registros administrativos do Governo Federal que possui informações de cada componente da família. A SENARC também disponibiliza uma lista das famílias que precisam atualizar seus dados.

Entre 2004 e 2006 houve a necessidade de realizar um cadastramento diferenciado no Cadastro Único diante da grande variedade cultural e das demandas emergenciais dos municípios e comunidades em acolher as famílias em situação de pobreza ou conflito. Inicialmente, houve desafios como a falta de estrutura, orientação e resistências em nível municipal por parte de governos e lideranças sociais, ficando claro desde o início que garantir a inclusão desses grupos no Cadastro Único exigiria o reconhecimento da diversidade em cada município onde estivessem presentes. Além disso, o diálogo e a redução de preconceitos entre o poder público e esses grupos populacionais eram essenciais para o sucesso desse processo (MDS, 2023).

Dessa forma, a partir de 2007 com a criação do decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foram inseridos diversos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) junto ao Cadastro Único dividindo-os em quatro conjuntos: o de origem étnica, o relacionado com o meio ambiente, o relacionado com o meio rural e o de situações conjunturais. O conjunto de origem étnica compreende às famílias indígenas, quilombolas, famílias ciganas e as pertencentes a comunidades de terreiro. Os de relação com o meio ambiente estão as famílias extrativistas, de pescadores artesanais e as ribeirinhas.

Já os de relação com o meio rural compreendem as famílias acampadas, de agricultores familiares, assentadas da reforma agrária e as famílias de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC). Por fim, os de situações conjunturais englobam as famílias de atingidos por empreendimentos de infraestrutura, de presos do sistema carcerário, as pessoas/famílias em situação de rua, as pessoas resgatadas do trabalho análogo ao de escravo e de catadores de material reciclável. Para o cadastramento dessas populações são utilizadas abordagens e estratégias específicas, uma vez que, “esses possuem características próprias conforme seu modo de vida, cultura, crenças, economia, ancestralidade, entre outros” (DIEGUES, 2004).

Ou mesmo, contextos que as induzem a experimentar situações de vulnerabilidade social. Cabe destacarmos que, no grupo relacionado ao meio ambiente (extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos) devido as características comuns, eles podem se sobrepôr, cabendo a família escolher a categoria que deseja ser identificada. De acordo com o decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, os povos e comunidades tradicionais são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, n.p.).

Especificamente no caso dos pescadores artesanais, objeto de nossa pesquisa, a maior parte dessas famílias realizam o cadastro em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e cerca de 28 mil recebem a visita de um assistente social para a efetivação do cadastro (CadÚnico, 2023). Segundo a Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura – CBPA, é estimado que existam 1,5 milhão de pescadores no Brasil conforme as informações do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SISRGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura. Entretanto, os dados legados do mesmo sistema registram pouco menos de 1 milhão em 2021 e na versão atual do sistema que está em fase de atualização está contabilizado um total de 548.643 pescadores (CONAB, 2023).

**Tabela 1:** Número de pescadores no Brasil segundo o SISRGP

UF	Dados legados março/2021				Dados em atualização abril/2023			
	Total de pescadores	Feminino	Masculino	Outros	Total de pescadores	Feminino	Masculino	Outros
AC	11314	5.129	5.998	187	7356	3564	3792	0
AL	21529	12.314	9109	106	8459	3566	4892	1
AM	77851	30.244	47339	268	35679	15142	20537	0
AP	17045	7.921	8974	150	9987	4822	5164	1
BA	116423	65.134	50689	600	59124	34324	24800	0
CE	18896	4.134	14683	79	17673	5499	12174	0
DF	701	250	413	38	196	55	140	1
ES	13564	6477	6959	128	18804	8532	10270	2
GO	3018	1346	1658	14	1764	758	1006	0
MA	176860	99762	73930	3168	113866	63296	50560	10
MG	24889	7802	17024	63	12861	4522	8337	2
MS	7329	2926	4368	35	4507	1862	2645	0
MT	10033	3673	6342	18	4813	1910	2902	1
PA	231442	103379	123286	4777	87483	42611	44871	1
PB	30765	11939	18605	221	15597	7250	8347	0
PE	13015	7145	5719	151	14183	7965	6218	0
PI	45564	20351	24845	368	31320	15354	15963	3
PR	8069	3076	4992	1	6338	2186	4150	2
RJ	11888	2020	9549	319	6448	1636	4811	1
RN	23633	9028	14469	136	10986	4651	6333	2
RO	6726	3248	3451	27	5553	2629	2924	0
RR	5663	2385	3271	7	3528	1646	1882	0
RS	15174	4012	11136	26	10064	2434	7628	2
SC	31041	10905	19906	230	16166	5804	10361	1
SE	29576	18845	10628	103	21071	13419	7649	3
SP	24194	5411	18587	196	18915	4350	14563	2
TO	7409	3005	4370	34	5902	2602	3299	1
Totais	983.611	451.861	520.300	11.450	548.643	262.389	286.218	36

**Fonte:** OLIVEIRA, Lucas Ramos de. (2023) apud CONAB, abril/2023.

Conforme Maldonado (1986) o pescador artesanal se dedica à pesca de pequena escala utilizando técnicas e equipamentos simples, os quais são métodos tradicionais passado oralmente de geração para geração. Desse modo, suas atividades geralmente envolvem o uso de barcos menores, redes, armadilhas, anzóis entre outros. Os pescadores costumam pescar em águas costeiras, rios, lagos e outros corpos hídricos próximos às comunidades onde vivem sem estabelecer relações de emprego formal com as tripulações ou os líderes das embarcações, referidos por Maldonado como "mestres de botes".

De acordo com a autora, esses trabalhadores dependem principalmente da pesca como fonte de renda e direcionam sua produção para o mercado, mantendo, ao mesmo tempo, sua natureza flexível, pois podem destinar seus produtos tanto ao consumo doméstico quanto à comercialização. Segundo De Paula (2023), existem diferentes concepções no modo de conceituar o pescador artesanal do ponto de vista do Estado, da academia e do movimento social. Entretanto, apesar de haver congruências entre as compreensões há limitações de reconhecimento por parte do Estado. Nesse sentido, para o autor os pescadores são:

Sujeitos de direitos individuais e coletivos. Estão envolvidos nas diversas atividades que compõem a pesca artesanal, por meio de relações e vínculos familiares e comunitários de produção, interdependência econômica, ambiental e cultural, entre outros, que se estabelecem no território tradicional. Têm na pesca a principal atividade profissional e a constituição do modo de vida, inseparavelmente, cuja noção de autonomia e liberdade são características. Sendo assim, não se definem a partir de critérios da legislação ou pela posse de documentos específicos, mas sim por saberes e fazeres aprendidos no âmbito comunitário, na relação com o ambiente (DE PAULA, 2023, p. 148).

Para De Paula (2023); Diegues (2004); Maldonado (1986) as comunidades pesqueiras desenvolveram meios específicos para a gestão dos recursos naturais, com o objetivo principal de preservar sua herança cultural e social. Um componente essencial na conexão entre essa comunidade e o ambiente natural é a



relação com o território que pode ser descrito como uma extensão da natureza e um espaço sobre o qual uma sociedade específica estabelece e assegura direitos permanentes de acesso, controle ou uso para todos ou uma parte de seus membros (RAFFESTIN, 1993). Esses direitos abrangem a totalidade ou partes dos recursos naturais presentes nesse território, os quais a comunidade deseja ou tem a capacidade de utilizar.

Para as comunidades de pescadores artesanais, o território é consideravelmente mais expansivo do que o das sociedades terrestres, e sua "propriedade" é caracterizada por uma fluidez significativa. Dessa forma, podemos dizer que, os pescadores veem a extensão do mar como seu espaço vital e econômico. Além disso, a ideia de propriedade nessas comunidades não se refere necessariamente a um conceito formal de propriedade privada, como ocorre em áreas urbanas, mas sim a uma relação comunitária com os recursos marinhos.

Nesse contexto, a "fluidez significativa" sugere que o acesso e uso dos recursos marinhos podem ser compartilhados e ajustados de maneira flexível, de acordo com as necessidades e tradições da comunidade. Destacamos que alguns povos tradicionais específicos perpetuam suas atividades por meio da exploração de uma variedade de ambientes. A exploração desses habitats requer não apenas um conhecimento dos recursos naturais, mas também das técnicas de extração e uso dos recursos, bem como a aplicação de um calendário intrincado que coordena, com maior ou menor harmonia, os diversos usos dos ecossistemas de forma sustentável.

Desse modo, De Paula (2023) e Diegues (2004), mencionam que é através desses saberes tradicionais que englobam relações simbólicas e concretas com a terra e o mar que as comunidades pesqueiras se apropriam dos recursos do ambiente estabelecendo tanto acordos e pactos próprios por meio de relações sociais e de parentesco quanto territorialidades e territórios. É importante salientar que o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização é um fenômeno constante, moldado tanto pelas forças naturais em jogo quanto pelas necessidades da comunidade, porém, quando um território é imposto sobre uma determinada territorialidade por meio de regulamentos externos à comunidade pesqueira, pode resultar em uma desagregação da harmonia entre o território e a territorialidade. Consequentemente, isso pode desencadear impactos prejudiciais ao meio ambiente, além de conflitos e disputas relacionados à propriedade e uso do território (DE PAULA, 2023).

Cabe destacarmos que ao longo do tempo, os pescadores tiveram diferentes papéis na formação socioespacial brasileira, o qual sua relação com a sociedade e com o Estado passou por transformações marcantes. No início do século XX, os pescadores eram submetidos ao poder estatal e coercitivamente obrigados a vigiar o espaço marítimo brasileiro (RAMALHO, 2014). Já na segunda metade do mesmo século, o projeto desenvolvimentista no regime militar buscava promover a industrialização do setor pesqueiro, transformando os pescadores artesanais em uma força de trabalho proletária para impulsionar a acumulação industrial sem direitos trabalhistas (DIEGUES, 1983).

Por conseguinte, houve um crescimento dos conflitos entre pesca artesanal e industrial, uma industrialização mal sucedida com falência de diversas empresas pesqueiras, bem como o aumento da sobrepesca, principalmente, nos anos de 1980. Após o declínio desse projeto nacional e a partir da primeira década do século XXI, houve uma reconfiguração desse projeto agora como neodesenvolvimentista, marcado por conflitos e contradições. O neodesenvolvimentismo ocorrido no Brasil entre os anos de 2007 e 2012, teve como seu principal foco a implementação de políticas sociais para redistribuição de renda, combinadas com o crescimento da indústria e da atividade extrativa no país, com ênfase na produção de commodities (SOUSA; PEREIRA, 2014).

Nesse período, foram criados programas e benefícios significativos para a pesca artesanal, embora sua implementação e eficácia tenham variado substancialmente. Desse modo, a pesca artesanal foi marcada por algumas expectativas não alcançadas em sua integralidade como a abertura à participação social na gestão dos recursos pesqueiros, e o investimento massivo na atividade pesqueira. Entretanto, algumas ações como o Seguro-defeso, Programa Pescando Letras e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

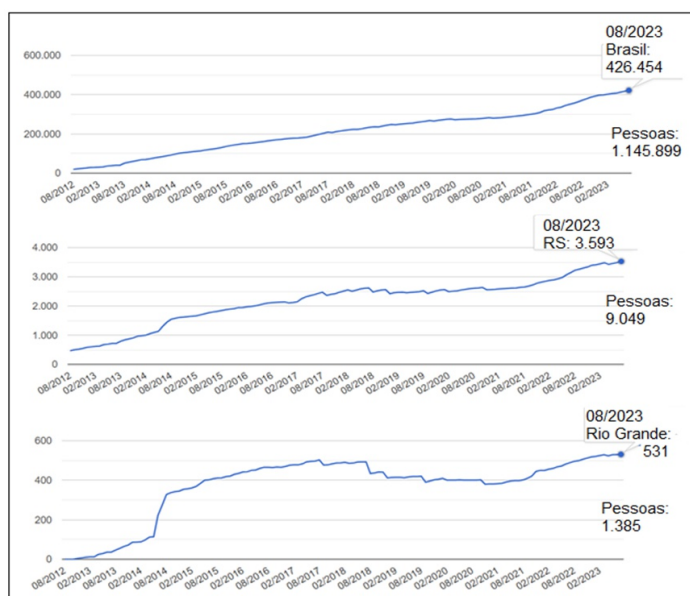
(Pronaf) que já existia, porém foi alterado no período, tiveram grande importância no suporte à reprodução dos pescadores artesanais.

Apesar disso, a partir de 2016, houve não só um grande desmantelamento, precarização e fragilização de direitos sociais, no âmbito trabalhista e de seguridade social, como o desmonte, enxugamento e esvaziamento de programas e ações específicas destinado a categoria de pescadores aumentando o nível de vulnerabilidade social desses trabalhadores (TORRES; GIANNELLA, 2020). Diante desse contexto, atrelado aos impactos que a pandemia da Covid-19 ocasionou em diversos setores, é notório que o número de inscritos no Cadastro Único tenha aumentado de forma geral. Isso porque, o registro no Cadastro Único foi um dos fatores essenciais para que as populações de baixa renda e em vulnerabilidade tivessem acesso ao auxílio emergencial no período pandêmico. Contudo, muitos pescadores artesanais enfrentaram dificuldades para ter acesso a esse auxílio, bem como muitos não receberam, uma vez que, há pescadores analfabetos, com dificuldades de utilizar e possuir recursos tecnológicos.

## DISCUSSÃO E RESULTADOS

O número de famílias registradas no Cadastro Único é variável, uma vez que, essa flutuação é explicada pelas dinâmicas de inclusão, exclusão e atualização da faixa de renda. Essas mudanças podem ser influenciadas por ciclos econômicos conjunturais. No gráfico 1, podemos perceber o aumento do número de famílias de pescadores artesanais registradas no CadÚnico, o qual demonstra o crescimento das condições de baixa renda à extrema pobreza.

**Gráfico 1:** Quantidade total de famílias de pescadores artesanais registradas no CadÚnico.



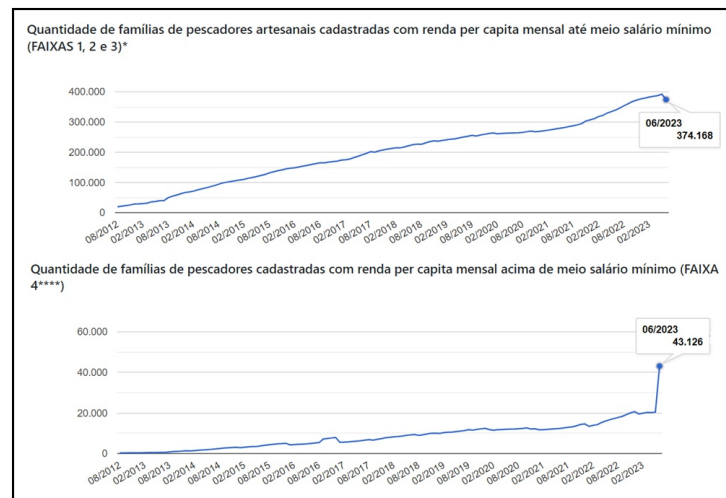
**Fonte:** Data Explorer/VIS DATA, agosto/2023.

Dessas famílias de pescadores artesanais, no Brasil, existem 292.791 vivendo em situação de extrema pobreza, 30.833 em condições de pobreza, 50.544 em situação de baixa renda e 43.126 com renda per capita acima de meio salário mínimo. Já no Rio Grande do Sul encontramos 1.180 famílias em extrema pobreza, 532 em pobreza, 892 em baixa renda e 884 com renda per capita superior a meio salário mínimo. Por fim, no município do Rio Grande há 231 famílias em extrema pobreza, 43 em pobreza, 118 em baixa renda e 138 acima de meio salário mínimo per capita.

Diante do exposto, podemos perceber que os dados revelam uma concentração significativa dessas famílias vivendo em extrema pobreza em todas as escalas espaciais. No entanto, é importante notarmos que o gráfico 2 demonstra uma redução das famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, em comparação com aquelas que apresentam renda per capita acima de meio salário mínimo, o qual ocorre o

oposto. Isso indica que houve uma pequena melhoria nas condições financeiras a partir de junho.

**Gráfico 2:** Quantidade de famílias de pescadores artesanais por faixa de renda



Fonte: Data Explorer/VIS DATA, agosto/2023.

Uma das razões pelas quais os pescadores têm baixa renda é a complexidade da cadeia produtiva, posto que, em alguns casos os intermediários desempenham um papel de financiadores da atividade de pesca, oferecendo recursos como equipamentos, suprimentos e, às vezes, dinheiro ou combustível para as embarcações. Isso faz com que esses se tornem fornecedores de capital de giro, e as dívidas contraídas mantêm uma relação de dependência e exploração (DIEGUES, 1983). Além disso, alguns pescadores acabam pagando a dívida com o produto da pesca ou ainda vendendo o pescado a baixo custo.

Portanto, a escassez de recursos financeiros representa um desafio constante na busca pela sobrevivência e continuidade como um grupo. Com relação aos territórios que concentram a maioria dessas famílias detentoras da baixa renda estão em evidência respectivamente os Estados do Maranhão, Pará e a Bahia. Dentro do Estado do Rio Grande do Sul estão os municípios de São José do Norte, Rio Grande e Pelotas e no município do Rio Grande estão nas Ilhas da Torotama, Marinheiros e na Vila São Miguel.

**Tabela 2:** Número de famílias de pescadores artesanais e pessoas que se enquadram em extrema pobreza, pobreza e baixa renda no Brasil

Estados	Total de famílias	Total de pessoas
Amazonas	25.101	83.747
Acre	1.510	5.274
Alagoas	10.174	23.648
Amapá	2.274	7.176
Bahia	59.641	141.617
Ceará	11.289	31.269
Distrito Federal	77	157
Espírito Santo	3.937	10.129
Goiás	416	1.031
Maranhão	115.717	307.587
Minas Gerais	3.458	9.134
Mato Grosso do Sul	1.375	3.742
Mato Grosso	2.627	7.007
Pará	100.704	295.527
Paraíba	7.353	18.445
Pernambuco	10.202	20.491
Piauí	10.160	29.868
Paraná	2.549	6.600
Rio de Janeiro	4.336	9.577
Rio Grande do Norte	17.712	45.581
Rondônia	464	1.287
Roraima	1.698	4.721
Rio Grande do Sul	3.488	8.859
Santa Catarina	3.048	8.517
Sergipe	13.309	33.607
São Paulo	2.431	6.057
Tocantins	2.246	7.058
<b>Total</b>	<b>417.296</b>	<b>1.127.713</b>

Fonte: CECAD 2.0 (agosto/2023)



**Tabela 3:** Número de famílias de pescadores artesanais e pessoas que se enquadram em extrema pobreza, pobreza e baixa renda no Rio Grande do Sul

Município	Quantidade de famílias pescadoras no CadÚnico	Município	Quantidade de famílias pescadoras no CadÚnico
São José do Norte	538	São Borja	96
Rio Grande	531	Uruguaiana	95
Pelotas	167	Palmares do Sul	95
Porto Alegre	144	Arroio Grande	86
Santa Vitória do Palmar	114	Tramandaí	85

Fonte: CECAD 2.0,(agosto./2023).

**Tabela 4:** Número de famílias de pescadores artesanais e pessoas que se enquadram em extrema pobreza, pobreza e baixa renda no Rio Grande

Local	Quantidade de famílias pescadoras no CadÚnico	Local	Quantidade de famílias pescadoras no CadÚnico
Barra	39	Parque Coelho	2
Bairro América	7	Parque Marinha	1
Bairro Getúlio Vargas	12	Pesqueiro	1
Bernadeth	6	Povo Novo	17
Bosque	1	Profilurb 1	1
Buchholz	1	Profilurb 2	2
Cassino	3	Querência	1
Castelo Branco	5	Quinta	8
Cidade de Agueda	1	Quitéria	2
Cidade Nova	6	Rural	4
Cohab 4	1	Santa Rosa	1
Dom Bosquinho	1	Santa Tereza	3
Domingos Petroline	1	São João	6
Eulina	5	Salgado Filho	2
Ilha da Torotama	143	São Miguel	91
Ilha dos Marinheiros	97	Senandes	1
Ilha do Leonídeo	1	Stella Maris	1
Junção	1	Taim	12
Lagoa	6	Vila Braz	1
Lar Gaucho	2	Vila Manqueira	3
Leônidas	1	Vila Maria José	1
Miguel de Castro Moreira	3	Vila Maria	1
Navegantes	2	Vila Recreio	2

Fonte: CECAD 2.0,(agosto./2023).

Cabe aqui explanarmos que, no Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD) o número de famílias não representa o total de pescadores inseridos no Cadastro Único e sim contabiliza as famílias que possui ao menos um pescador. Além disso, o total de pessoas contabilizadas engloba todos que fazem parte da família desses profissionais, ou seja, corresponde os pescadores artesanais, outros indivíduos que podem ou não trabalhar com a atividade pesqueira, bem como crianças, deficientes e idosos. Nesse sentido, podemos considerar o número de famílias como o número mínimo de pescadores, já que não há como identificar o quantitativo preciso de quem trabalha com a captura.

Podemos obter uma média do número de pessoas envolvidas na pesca a partir da variável “função principal” cujo cada membro da família exerce. A primeira categoria apresentada no CECAD “trabalhador por conta própria”, refere-se ao indivíduo que é responsável pela unidade familiar e possui a função de pescador(a) artesanal ou auxilia na atividade. Nesse caso, verificamos que em um universo de 1.145.899 pessoas no Brasil, cujo fazem parte da família de pescadores, 214.944 são responsáveis pela unidade familiar e exercem alguma atividade relacionada a pesca.

**Tabela 5:** Função principal que cada um exerce dentro do contexto familiar

	Responsável pela unidade familiar que possui a função de pescador(a) artesanal ou auxiliam na atividade (trabalham por conta própria ou fazem bicos)	Trabalhadores não remunerados que pescam ou auxiliam em alguma atividade relacionada à pesca e não são responsáveis pela unidade familiar	Trabalham sem carteira assinada	Trabalham com carteira assinada
Brasil	214.944	11.172	4.006	31.765
Rio Grande do Sul	2.310	7	36	476
Rio Grande	217	0	2	67

Fonte: CECAD 2.0, agosto./2023. Adaptado pela autora.

Por outro lado, temos 11.172 pessoas que participam da pesca ou auxiliam nessa atividade, mas não recebem remuneração e não são os chefes das famílias. Essa última informação podemos obter por meio da categoria “trabalho não-remunerado”, já que este se refere ao vínculo da família com a pesca. Logo, temos um total de pelo menos 226.116 indivíduos envolvidos nessa atividade.

Apesar dessa quantidade de pescadores estar abaixo do total de famílias, o que representa 200.338 pescadores a menos, esses podem estar enquadrados em outras categorias do CECAD como “Trabalham sem carteira assinada” ou “Trabalham com carteira assinada”, “empregadores” ou “aprendizes”. Nessas categorias não podemos relacionar somente com a atividade pesqueira, visto que, os familiares podem estar ou não vinculados a essa atividade. Ademais, em alguns casos o entrevistado apenas menciona a existência de um pescador no núcleo familiar, mas não dá detalhes da função principal.

Há também as categorias militares ou servidores públicos vinculados à família, trabalho temporário na área rural, trabalhador doméstico com e sem carteira assinada, estagiários entre outros. Todavia, preferimos não mencionar aqui já que esses demonstram vínculos diretos com outros setores. Com relação ao grau de parentesco do responsável da família com demais membros, foi possível notarmos nas três esferas espaciais uma maior incidência de vínculo com os filhos e respectivamente com os cônjuges/ companheiros comparados a outros vínculos familiares.

No contexto brasileiro, observamos que o número de mulheres pertencentes a famílias de pescadores no Cadastro Único supera o número de homens, totalizando 582.526 mulheres em comparação com 545.187 homens. No entanto, no Rio Grande do Sul, encontramos 2.759 mulheres e 3.124 homens, e no município do Rio Grande, os números são 638 mulheres e 755 homens, apresentando uma inversão em relação à média nacional.

Apesar de algumas exceções, normalmente, os homens se dedicam à pesca em si e as mulheres costumam estar envolvidas em atividades complementares, como o processamento e a venda de pescados. No entanto, é fundamental valorizar todas essas contribuições. O reconhecimento da importância das mulheres na pesca implica dar voz a elas nas decisões relacionadas à gestão dos recursos pesqueiros e à governança das comunidades de pescadores, contribuindo para decisões mais inclusivas e equitativas.

Além disso, é crucial considerar os desafios específicos que as mulheres enfrentam, como o acesso limitado a direitos trabalhistas e condições precárias de trabalho, e capacitá-las a superar esses obstáculos. Em termos de faixas etárias, os grupos mais destacados em cada unidade familiar são aqueles de 7 a 15 anos e de 18 a 54 anos em nível nacional, enquanto no Rio Grande do Sul e no município do Rio Grande, as faixas de 7 a 15 anos e 18 a 64 anos se destacam. Esses dados fornecem informações importantes sobre a demografia das famílias de pescadores nessas áreas.

Os laços étnicos podem ser uma fonte de apoio mútuo e solidariedade, ajudando as comunidades a enfrentar desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da defesa dos direitos culturais e territoriais

dessas comunidades, bem como na negociação com governos e outras partes interessadas. Diante do exposto, foi possível perceber nessa pesquisa que das pessoas que fazem parte das famílias de pescadores registradas no Cadastro Único, predominam a cor parda em todo território nacional totalizando 900.379. Já os de cor branca somam 131.447, preta 70.869, indígena 20.385 e amarela 4.568.

No Rio Grande do Sul a maioria são de cor branca totalizando 3.260, os de cor parda são 533, preta 190, indígena 22 e amarela 11. E no Rio Grande a maioria são brancas totalizando 1.294 pessoas, os de cor parda são 50, preta são 45 e apenas 2 são indígenas 2 amarelas. Ao analisarmos o grau de instrução, podemos perceber que, nas três escalas espaciais, há um grande número de pessoas que não possui instrução ou possui ensino fundamental incompleto.

Considerando os riscos e ameaças que os pescadores artesanais e sua família enfrentam em sua vida ressaltamos a importância do capital humano na construção de sua capacidade de resposta e resiliência, uma vez que, a habilidade de leitura e escrita é um requisito básico para que essas pessoas possam assumir autonomamente papéis de participação e tomada de decisão em relação aos seus territórios de vida. Dessa forma, a escolarização desse grupo se torna crucial para enfrentar desafios como degradação ambiental, especulação imobiliária, conflitos fundiários e contaminação industrial, permitindo-lhes lidar com esses problemas sem depender de intervenção externa. Além disso, a busca autônoma por alternativas diante desses perigos depende fundamentalmente das oportunidades proporcionadas pelo ensino formal.

**Tabela 6:** Grau de instrução

	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto
Brasil	256.590	438.069	85113	91.679	169.840	5.966
Rio Grande do Sul	1.554	4.658	858	559	746	75
Rio Grande	236	772	140	54	45	20

**Fonte:** CECAD 2.0, jun./2023

Com relação a situação dos domicílios há uma predominância da fixação dessas famílias na zona urbana tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul e no Rio Grande. A maioria possui banheiro, recebe energia da estação apresentando ou não contador próprio ou coletivo, recebe água da Rede geral de distribuição ou retira de poços ou nascentes, possui coleta de lixo e utiliza fossa séptica ou despeja o esgoto em corpos hídricos. Além disso, a maioria não apresenta calçamento em frente ao seu domicílio. Essas características são predominantes em 80% dos Estados brasileiros.

Apesar das desigualdades regionais ainda se torna visível as condições de vulnerabilidade social profunda nas regiões norte e nordeste, demonstrando aspectos de um dado momento. Quanto a espécie do domicílio no Brasil e no Rio Grande do Sul são evidenciados o maior número de domicílios sendo particulares permanentes, particulares improvisados e coletivos. Apenas no município do Rio Grande há predominância dos particulares permanentes e um particular improvisado.

Já no que concerne o material predominante na construção das paredes do domicílio a maioria são respectivamente com alvenaria revestida, sem alvenaria revestida e madeira. E o material predominante na construção do piso do domicílio são de cimento, lajota, cerâmica ou pedra. Essas características são apresentadas como predominantes nos domicílios na mesma sequência de abrangência nas três escalas espaciais. O conhecimento da situação do domicílio contribui para o planejamento e implementação de programas de desenvolvimento social para atender às necessidades das comunidades tanto no âmbito da saúde, educação, acesso a água potável, eletricidade, saneamento básico e segurança alimentar quanto outros benefícios que visam o bem estar social.

## CONCLUSÃO

Os resultados apresentados nessa pesquisa demonstraram um aumento significativo do número de famílias de pescadores artesanais inscritas no cadastro único, sendo que o maior contingente de pessoas que integram essas famílias se encontra na faixa etária entre 18 e 64 anos, não sabem ler nem escrever ou possuem o ensino fundamental incompleto. Ademais, em todo território nacional as mulheres constituem o grupo mais numeroso dentro da estrutura familiar cadastrada, situação oposta ao Rio Grande do Sul e Rio Grande, assim como, a cor parda se destaca mais no território nacional e a cor branca no Rio Grande do Sul e no Rio Grande. Apesar de ter ocorrido uma redução das famílias em situação de extrema pobreza, a partir de junho, ainda é significativo o quantitativo de famílias que permanecem nessa condição.

Essas famílias estão concentradas no Maranhão, no Pará, nos municípios de São José do Norte, Rio Grande e Pelotas dentro do Estado do Rio Grande do Sul e nas Ilhas da Torotama, Marinheiros e Vila São Miguel no município do Rio Grande. Foi possível perceber também que existem semelhanças nas características dos domicílios em todas as três escalas geográficas, sendo a maioria deles localizada em áreas urbanas. Dessa forma, percebemos um grande desnível social dessas famílias, principalmente, no que concerne a questão da renda e do acesso à educação, sendo imprescindível a implementação de políticas governamentais que reconheçam as necessidades e desafios específicos dos pescadores artesanais para apoiá-los.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. **Decreto n.º 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) Acesso em: 14/09/2023.
- CECAD 2.0. **TABCAD**. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painelo3.php#> Acesso: 15/08/2023.
- CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Boletim Hortigranjeiro**, Brasília, DF, v. 9, n. 4, abr. 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Boletim-Hortigranjeiro-Abril-2023-Pescados.pdf> Acesso: 21/09/2023.
- DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.
- DIEGUES, A. C. **A pesca: Construindo Sociedades**. 1ª Ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.
- MALDONADO, S.C. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Relatório de Informações Sociais (RI Social) / Relatório de Programas e Ações**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/> Acesso: 14/08/2023.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- PAULA, C.Q. **Geografias da pesca artesanal brasileira**. 1ª Ed. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2023
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993
- RAMALHO, C. W. N. **Estado, pescadores e desenvolvimento nacional. Da reserva naval à aquícola**. Ruris, v. 8, n. 1, p. 31- 62, mar. 2014.
- Secretaria De Avaliação, Gestão Da Informação E Cadastro Único – Sagicad. **Data Explorer**. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php> Acesso: 14/08/2023.
- SOUSA, S. M. P. S.; PEREIRA, M. E. F. D. **Pobreza e cidadania em tempos de neodesenvolvimentismo no Brasil**. SER Social, Brasília, v. 16, n. 35, p. 308-326, 2014.
- TORRES, R. B.; GIANNELLA, L. C. **Políticas públicas e conflitos socioambientais: problematizando o Seguro-Defeso da pesca artesanal**. Revista de Políticas Públicas, v. 24, n. 1, p. 170-189, 2020.